

SismMando



Gestão FIRMES! A Luta Muda a Vida 2018-2020

www.sismmar.com.br

Mala Direta
Domiciliária
40.188.767/0001-7504/PR
SISMMAR
Comício

XX Sessão Plenária do

Fórum Municipal em Defesa da Escola Pública,
Gratuita, Laica e Universal de Qualidade

23 anos propondo políticas públicas para a educação

Carreira e Valorização dos Trabalhadores da Educação

Araucária

20 e 21 de setembro de 2018



Fórum Municipal em Defesa da Escola Pública

20 sessões promovendo a educação pública

Neste mês acontece a XX Sessão Plenária do Fórum Municipal em Defesa da Escola Pública, Gratuita, Laica e Universal de Qualidade em Araucária. O nome é longo de propósito, para sempre refirmar os princípios que devem servir de base para a escola pública.

São princípios que os trabalhadores da educação conseguiram incluir, ao menos parcialmente, na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases, por meio de fóruns nacionais e estaduais de educação. Foi nesse movimento que se deu a criação do Fórum Municipal de Araucária, em 1995. É um dos primeiros do Paraná e o mais ativo.

Muitas conquistas dos trabalhadores resultaram dos debates desses espaços democráticos, coletivos e formadores.

Ao longo de 23 anos, o Fórum Municipal

de Educação de Araucária foi construído por pessoas que compreendiam a necessidade e a importância da escola pública como ferramenta de evolução humana.

O propósito sempre foi envolver os trabalhadores da educação com a sociedade nos debates, para transformar a educação em efetiva política pública. Porém, o governo oferecia apoio formal, mas não estimulava a participação. Apostava no esvaziamento.

Chegamos ao ponto em que, no ano da XX Sessão, a Secretaria Municipal de Educação se retirou da organização do evento. Coube ao Sismmar convocar a sociedade a participar, dentro das suas possibilidades, por meio de suas publicações, suas redes sociais e outdoors na cidade.

Além disso, a Smed oferece obstáculo à participação dos professores ao não conside-

rar o dia de debates como não letivo.

Num contexto nacional de ataques à educação pública, o Fórum Municipal de Educação de Araucária se firma ainda mais como espaço de resistência e de defesa da escola pública.

Vários temas foram tratados nas sessões plenárias. Entre eles, se destacam a defesa do currículo, Ensino Fundamental de 9 anos, avaliação escolar, valorização e saúde dos professores, políticas públicas para aprendizagem, construção coletiva dos planos municipais de educação, financiamento da educação, educação infantil, direitos humanos na educação, condições de trabalho e valorização dos trabalhadores da educação.

Magistério

Sindicato mantém alerta para defender direitos

O Sismmar continua protocolando solicitações de agenda para buscar negociação com governo

As direções sindicais também acompanham diariamente a pauta das sessões da Câmara Municipal, por conta da ameaça de alteração no Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos e no Estatuto do Servidor, sem a participação dos principais interessados.

A categoria segue em Estado de Greve. Se houver qualquer movimentação, será convocada para tomar posição.

Desde a data-base, quando negou qualquer índice de reajuste na mesa de negociação para depois anunciar 1,76% pela mídia, o prefeito Hissam mantém rompido o diálogo com os sindicatos. O que está por

trás disso, é a falta de respeito com o conjunto dos professores.

Mesmo antes, nos momentos em que os trabalhadores conseguiram ser ouvidos pelo prefeito, as pautas, que são antigas reivindicações, foram tratadas como fossem novidades para a Prefeitura. Nunca havia propostas ou interesse em construir um entendimento comum.

Inúmeras foram as vezes com reuniões remarcadas e canceladas. A maioria acabou não acontecendo.

A postura de descaso e desrespeito é repetida pelo secretário de Educação, que chegou a usar o mesmo argumento de rompimento com o

**Prefeito,
Retome o diálogo
com o sindicato!
O SISMMAR nos representa.**

Assinado: **Trabalhadores da Educação Municipal**



Em outdoors, trabalhadores da educação reivindicaram a retomada das negociações pelo prefeito

sindicato para enfraquecer o Fórum Municipal em Defesa da Escola Pública, retirando a participação da Smed de um organismo que é da sociedade araucariense. O discurso pela democracia se demonstra falso na ação.

As solicitações de agenda para o sindicato, o secretário marca e depois cancela seguidas vezes. Questões como a eleição de diretores, que já devia estar em processo, são incógnitas nas unidades.

Ainda que estejamos em

um contexto de aumento da exploração dos trabalhadores, com o custo de vida mais elevado e penoso, o Sismmar segue na luta pela união em torno da educação pública de qualidade e valorização dos profissionais da educação.

História

Sismmar completa 29 anos de lutas

No sábado, 23 de setembro de 1989, professores da rede municipal de Araucária reuniram-se em assembleia para deliberar sobre a fundação do seu sindicato.

A categoria já tinha se organizado em torno da APA - Associação dos Professores de Araucária cinco anos antes. Porém, os trabalhadores do serviço público haviam conquistado o direito à sindicalização na Constituição de 1988. Isto levou os professores a formarem seu sindicato.

Para evitar a dupla representatividade ou a contestação a legitimidade da nova entidade, houve um período de transição. Com eleições casadas, a associação e o sindicato elegeram as mesmas pessoas para suas diretorias.

Assim, a APA-Sindicato assegurou a unidade da categoria até que se firmasse o

Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária. A sigla Sismmar aparece somente em março de 1993.

O Sismmar é uma entidade formada pelos professores para defender os direitos dos professores. Sua estrutura é democrática, para permanecer alinhada à realidade da categoria.

A atual direção radicaliza na democracia e assume a horizontalidade, sem hierarquia, na definição das ações. Isto, para reafirmar o princípio de que o Sismmar são os professores organizados.

Portanto, qualquer negociação ou definição sobre a carreira ou outro aspecto profissional do magistério de Araucária só terá legitimidade se passar pelo Sismmar.

O Sismmar é o magistério unido na defesa dos seus direitos.

Mobilização

Aposentados oram pedir ao prefeito que reabra o diálogo



Servidores aposentados promoveram debate na frente da Prefeitura e pediram reunião com prefeito

O Dia de Luta e de Valorização dos servidores aposentados do Magistério e do Quadro Geral ocorreu na tarde de 29 de agosto. Foi montada uma barraca no pátio da prefeitura para a realização de debates sobre o Estatuto do Idoso e questões de interesse do segmento.

As/os aposentadas/os querem que o governo encaminhe soluções para as suas reivindicações:

- Reenquadramento pela isonomia e paridade das apo-

sentadas que tinham este direito já em 2008.

- Reenquadramento das professoras que adquiriram o direito a avanços entre 2013 e 2017 e se aposentaram.
- Compensação pelo abono retirado por Hissam.

Logo no início da tarde o prefeito Hissam passou pelos manifestantes. Um grupo de aposentadas e dirigentes do Sismmar e do Sifar foram até ele. Explicaram que a mobilização representa o anseio dos

aposentados por respostas.

O prefeito ouviu e se comprometeu a receber uma comissão na terça-feira seguinte. Porém, no dia marcado, Hissam foi submetido a uma cirurgia no olho e a reunião foi adiada. Até o fechamento desta edição não havia sido remarcada.

Enquanto isto, os advogados Ramon Bentivenha e Henrique Kramer faziam uma exposição sobre o Estatuto do Idoso. Bentivenha lembrou que muitos direitos previstos na lei não são respeitados. Ele cita o artigo 71, que assegura aos idosos prioridade nos processos judiciais e procedimentos na administração pública.



FIRMES! A LUTA MUDA A VIDA

Gestão 2018-2020

Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária

Av. Beira Rio, 31, Bairro Jd. Iguacu, Araucária, PR. CEP 83.701-090
Fone/fax (41) 3642-1280. Celular (1111)/whatsapp (41) 99933-0822
Email sismmar@gmail.com

Jorn resp. Luiz Herrmann (DRT-2331). Impressão: Gráfica Mansão. 1300 un

O número do celular/whatsapp do Sismmar mudou. Anote!

(41) 99933-0822

Fórum Municipal em Defesa da Escola Pública

Espaço de participação da comunidade

Nos seus 23 anos, o Fórum tem pautado as prioridades na educação pública, formulando propostas

O Fórum Municipal em Defesa da Escola Pública, Gratuita, Laica e Universal de Qualidade de Araucária é um órgão da sociedade civil, suprapartidário, sem fins lucrativos e de duração indeterminada. Reúne entidades e instituições comprometidas com a defesa da escola pública, propositor e avaliador das políticas públicas municipais.

O Fórum é uma grande conquista da população de Araucária, que fortalece sua organização, ampliando a participação e poder de luta pela dignidade dos servidores municipais e da comunidade que atendem. Poucos municípios no Estado do Paraná têm Fórum Municipal de Educação atuante, apesar de nele se qualificarem os debates acerca das questões referentes ao setor.

Ao longo de seus 23 anos de existência, o Fórum Muni-

cipal em Defesa da Escola Pública tem pautado as prioridades a serem debatidas na educação pública, formulando propostas de forma coletiva e fortalecendo a participação popular.

Os temas debatidos nessas duas décadas trataram da defesa do currículo, do ensino fundamental de 9 anos, da saúde dos trabalhadores, do financiamento da educação, da educação infantil, bem como a construção coletiva dos planos municipais de educação, direitos humanos, condições de trabalho, carreira e valorização dos professores.

A importância de estabelecer um Sistema Próprio de Ensino decorre do princípio constitucional da Gestão Democrática na Educação Pública, possibilitando que a comunidade participe na definição dos rumos da educação. O Conselho Municipal de

Educação como órgão consultivo, normativo e deliberativo, fiscalizador, mobilizador e de controle social

Não é possível quantificar as conquistas do Fórum Municipal em Defesa da Escola Pública. Porém, ele certamente influencia a prática pedagógica nos diferentes espaços da educação municipal. As discussões realizadas nas sessões plenárias possibilitam maior compreensão

acerca dos diferentes assuntos que envolvem o nosso trabalho, contribuindo significativamente para os avanços que a educação possa alcançar.

Em decorrência da relevância que o Fórum assumiu, a partir de 2007 as sessões plenárias passaram a ser previstas no calendário escolar. Porém, há alguns anos as gestões têm deixado de incluir esse importante momento

de formação na previsão do ano letivo.

Como podemos perceber, o Fórum Municipal em Defesa da Escola Pública, Gratuita, Universal e de Qualidade é um espaço constituído no município de Araucária para o exercício da democracia direta. Portanto, cabe a todos nós valorizarmos, participando efetivamente de todos os momentos por ele propostos.

Sessão Extraordinária do Fórum Municipal em Defesa da Escola Pública



20 de agosto, segunda-feira
• Carreira e Valorização dos Trabalhadores da Educação,
 com Giovana Piletti e Hector Paulo Burnagui



21 de agosto, terça-feira
• Jornada de Trabalho dos Trabalhadores da Educação,
 com Lucas Lipka Pedron



22 de agosto, quarta-feira
• Regime de Previdência dos Trabalhadores da Educação,
 com Ramon Bentivenha e Henrique Kramer



23 de agosto, quinta-feira
• Formação Inicial e Continuada dos Trabalhadores da Educação,
 com Verieli Della Justina



24 de agosto, sexta-feira
• Saúde dos Trabalhadores da Educação,
 com Renata Moraes

XX Sessão Plenária do Fórum Municipal em Defesa da Escola Pública, Gratuita, Laica e de Qualidade
 20 anos propondo políticas públicas para a educação
 Araucária, 10 e 11 de setembro de 2018

Carreira e Valorização dos Trabalhadores da Educação

ABERTURA
 10 de setembro de 2018
 Plenária da Câmara

11h30 - Café
 13h00 - Credenciamento
 13h30 - Apresentação Cultural
 Mesa de abertura
 Palestra Carreira e Valorização dos Trabalhadores da Educação com Milena Costa (UFPR)

GRUPOS DE TRABALHO
 11 de setembro de 2018
 Das 8h30 às 11h30

GRUPO 1: Carreira e valorização dos trabalhadores da educação
 Com Alexander Machado
 Em Sala da Igreja N. Sra. do Perpétuo Socorro

GRUPO 2: Jornada de trabalho dos trabalhadores da educação
 Com Evaldo Fiolli
 Na Sede do Sismmar

GRUPO 3: Previdência dos trabalhadores da educação
 Com Ramon Bentivenha e Henrique Kramer
 No Plenarinho da Câmara Municipal

GRUPO 4: Formação inicial e continuada dos trabalhadores da educação
 Com Graziela Lucchesi
 No Plenário da Câmara Municipal

GRUPO 5: Saúde dos trabalhadores da educação
 Com Nesto Benencheim
 Em Sala da Igreja N. Sra. do Perpétuo Socorro

PLENÁRIA FINAL
 11 de setembro de 2018
 13h30 às 16h30
 No Plenário da Câmara Municipal

Formação

Crescem o debate e a resistência contra BNCC

Estudantes e professores lotam Teatro da Reitoria para discutir BNCC e formação de docentes

Portal UFPR - Com os quase 700 lugares do Teatro da Reitoria da UFPR tomados, foi realizado o Seminário Estadual BNCC e Formação de Professores, em 24 de agosto. Estudantes e professores se puseram a discutir as mudanças no ensino e nas licenciaturas provocadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Além do debate, foram apresentadas alternativas à BNCC, que é questionada por universidades públicas, entidades ligadas à docência e à formação de professores e organizações de trabalhadores.

“A presença massiva de estudantes e professores, das universidades e das escolas, demonstra que estamos muito preocupados com as consequências da implantação de um projeto como o previsto na BNCC”, afirma o pró-reitor de Graduação da UFPR, Eduardo Barra.

“Concordamos que o ensino médio é precário e precisaria melhorar. Todavia, o que



Seminário fez a crítica e buscou de alternativas à BNCC

a BNCC oferece como alternativa não melhora o que temos. Ao contrário, piora dramaticamente o quadro atual”.

Criada para padronizar o ensino, a BNCC já instituiu, em dezembro, pontos polêmicos para a educação infantil e o ensino fundamental. A partir de 2020 será permitido ensino religioso e se apresentam restrições ao professor na orientação de alunos sobre questões sexuais. Atualmente está em discussão a BNCC voltada ao ensino médio, que

deve complementar as alterações instituídas pela Reforma do Ensino Médio.

O seminário marcou posicionamento contrário a essas alterações, pelo ponto de vista dos participantes. Por conta disso, durante o seminário foi lançada a campanha “Educação Sim, Retrocesso Não”, que prega resistência à BNCC, à Reforma do Ensino Médio e à PEC 55, que limita investimentos públicos.

“São tempos obscuros, tempos de perigo de uma

maneira bastante particular”, alertou o reitor da UFPR Ricardo Marcelo Fonseca, que participou da mesa de abertura do evento. “Por exemplo, desses cortes absolutamente brutais na ciência e na tecnologia, que são vistas por esse governo federal como gastos, gastos públicos que cabem numa planilha como qualquer gasto público. Com uma falta de sensibilidade absoluta em não perceber que ciência e tecnologia é crucial para o futuro do país e os recursos nelas dispendidos são investimentos, não gastos”.

Impactos

Entre os pontos preocupantes da BNCC mais citados no seminário está o entendimento de que a padronização promovida pela BNCC precariza o trabalho do professor, que se torna um profissional facilmente substituível. “Querem evitar o chamado ‘efeito professor’ [em que o estilo da docência faz a diferença na qualidade do ensino], para condicionar as aulas a um ro-

teiro pré-planejado”, afirma a presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), Lucília Augusta Lino. “Isso é uma forma de precarizar o ensino e a profissão”.

Outros questionamentos foram para a perda de prioridade para a formação do professor. De acordo com a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/17), por exemplo, “notório saber” seria suficiente para garantir que um professor sem formação lecionasse determinada disciplina. A reforma foi aprovada em julho de 2017, mesmo sob protestos de estudantes em todo o país.

“Para as licenciaturas nas áreas de ciências humanas e da natureza, isto é, cerca de 50% das matrículas nos cursos de licenciaturas na UFPR, a proposta de BNCC praticamente os anulam como formação de professores”, avalia Barra.

“A BNCC entende que a interdisciplinaridade deve ser alcançada diluindo as disciplinas atuais num mix disciplinar, que atende muito mais a interesses de enxugamento da folha de pagamento dos governos estaduais do que aos direitos de aprendizagem dos estudantes, cujo cumprimento exige um mínimo de coerência pedagógica e epistemológica. De que modo um licenciado em química poderá se encarregar de ensinar com qualidade conteúdos de física ou de biologia, sem ter formação para isso?”, questiona.

Para a presidente da Anfope, o pacote de mudanças na educação também tem pontos que evidenciam uma tentativa de se repassar recursos públicos para empresas privadas. Um deles, aprovado com a Reforma do Ensino Médio, é a previsão de que até 40% da carga horária do ensino médio pode ser provida por aulas a distância. “Até escolas públicas poderão contratar empresas privadas para prestar esse serviço”, avalia. “Nós não somos os parceiros ideais, são as instituições privadas”.

Terceirização

Aumenta a exploração da classe trabalhadora

A terceirização da mão-de-obra para atividades fins das empresas escancarou a luta que a classe burguesa promove contra a classe trabalhadora. E eles fazem isto de modo consciente.

Seguem o modelo marxista com valores invertidos. Sabem que a espoliação dos trabalhadores significa mais riqueza para si e, portanto, mais poder para utilizar o aparato do Estado em seu benefício e acumular mais capital.

Assim se entende como, no início de 2017, a Câmara dos Deputados ressuscitou um projeto de lei antigo para permitir a terceirização irrestrita das relações de trabalho. O projeto havia sido aprovado no Senado em 2002, e em seguida abandonado.

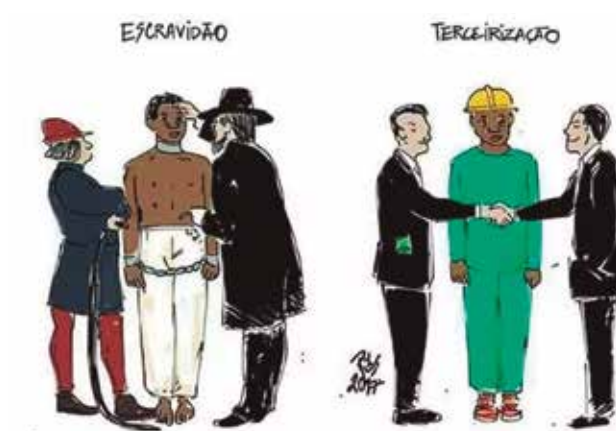
A tramitação atropelou um projeto de lei mais novo, que estava no Senado e atraía para si o debate, e, mas

não atendia aos seus interesses plenos do empresariado. Da mesma forma, se entende porque o Supremo Tribunal Federal, por 7 votos contra 4, endossou a lei na semana passada.

Na contratação direta, o trabalhador vende sua força de trabalho. Na terceirização, ele vira a mercadoria. O empregador vende a um terceiro o tempo de vida do trabalhador.

Os sindicatos serão enfraquecidos. Para se ter ideia, um agenciador bancário poderá vender o tempo de trabalho de um contratado seu a um banco. Ele não precisará respeitar as cláusulas do acordo coletivo de trabalho assinado entre bancários e banqueiros.

A lei é tão permissiva que possibilita até a terceirização da mão-de-obra. Neste caso, ao invés de dois, o traba-



lhador terá três patrões para sustentar.

Se o contratante direto for à falência, o trabalhador não poderá requerer seus direitos dos contratantes solidários. A lei veda.

Segundo o Dieese, os terceirizados têm salários 24,7% menores, cumprem jornadas maiores e permanecem no emprego pela metade do tempo. A cada quatro trabalhadores acidentados no Brasil, três são

terceirizados.

O certo é que haverá alta do subemprego e rebaixamento sistêmico do salário, pressionando para baixo a massa salarial, inclusive daqueles que não são terceirizados. Inclusive dos trabalhadores do serviço público.

A terceirização deve ser ampliada no setor público e aumentará a pressão para a revogação de direitos de trabalhador estatutário.